

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA TERMELÉTRICA DO ITAQUI, SÃO LUÍS-MA E A SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA TERRITORIAL DA VILA NOVA CANAÃ, PAÇO DO LUMIAR-MA

THE PROCESS OF ITAQUI THERMOELECTRIC IMPLEMENTATION IN SÃO LUIS-MA AND ITS INFLUENCE IN THE TERRITORIAL DYNAMIC OF THE VILA NOVA CANAÃ, PAÇO DO LUMIAR-MA

Maria Cláudia Cardoso Corrêa

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da
Universidade Estadual do Maranhão
mclaudia.geo@gmail.com

Ana Rosa Marques

Profª Dra. Departamento de História e Geografia da
Universidade Estadual do Maranhão
anclaros@yahoo.com.br

Resumo

A Usina Termelétrica do Itaqui, na capital maranhense, está situada nas proximidades das instalações portuárias, considerada alvo para receber grandes projetos de desenvolvimento, visando atender o mercado externo. O objetivo deste estudo teve como telos analisar o processo dinâmico de desterritorialização e reterritorialização dos moradores da Vila Madureira, em São Luís-MA, para a Vila Nova Canaã, em Paço do Lumiar-MA, em decorrência da implantação deste empreendimento industrial. Realizou-se a coleta de dados com a comunidade por meio de 50 formulários semiestruturados e entrevista via e-mail com a empresa ENEVA no decurso de 2016, fundamentada na abordagem teórica do materialismo histórico dialético. Os moradores desta comunidade foram contemplados com o projeto residencial e o pólo agrícola, sem levar em consideração a realidade vivenciada anteriormente. Além disso, os moradores acreditaram nas promessas de melhoria da qualidade de vida e na busca pelos direitos de um povo, propagado por uma empresa que estava apenas interessada num território multiplicador de capital, despreocupada com as vulnerabilidades do remanejamento compulsório. Faz-se necessário o apoio de órgãos governamentais para que a cobrança por políticas públicas seja efetivada.

Palavras-chave: Território. Termelétrica do Itaqui. Vila Nova Canaã. Desterritorialização. Pólo Agrícola.

Abstract

The Itaqui Thermoelectric Power Plant, in the capital of the Maranhão, is located near the port area. It is considered a place to receive big development projects aiming attend to the foreign market. The objective of this study was to analyse the dynamic process of deterritorialization and reterritorialization of the Vila Madureira residents, in São Luis – MA to the Vila Nova Canaã, in Paço do Lumiar – MA, as a result of implementation

of the industrial enterprise. Data were collected with the community by 50 semi-structured forms and interviews by e-mail with the ENEVA company during the course of 2016, based on theoretical approach historical and dialectical materialism. The residents of this community were contemplated with a residential project and a agricultural pole, without take the experiences lived in the past into account. Moreover, the residents believed in promises to improve the quality of life and they believed in a search for the human rights. Promises made by a company which was interested only in a territory for capital increase. The Company was unconcerned about the vulnerabilities of compulsory relocation. Therefore, it is necessary the support of governmental organs in order to claim for effective public policies.

Keywords: Territory. Itaqui Thermoelectric Power Plant. Vila Nova Canaã. Deterritorialization. Agricultural Pole.

Introdução

O atual modelo econômico provoca na sociedade capitalista a utilização acelerada dos recursos naturais que são fontes de riqueza e dominação. No Brasil e, especialmente, na Amazônia brasileira há, atualmente, uma retomada acelerada de grandes empreendimentos, que “previa a industrialização e, conseqüente, modernização do país e, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional” (SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 17). O entendimento, ainda presente, da Amazônia brasileira é como um grande “vazio demográfico” a ser ocupado desconsiderando a existência de inúmeros grupos sociais e povos que milenar ou secularmente ocupam a região e nela constituem relações produtivas, sociais e culturais, com características próprias, que reagem e enfrentam, na medida em que seu modo de vida entra em confronto com o modelo econômico que os impacta.

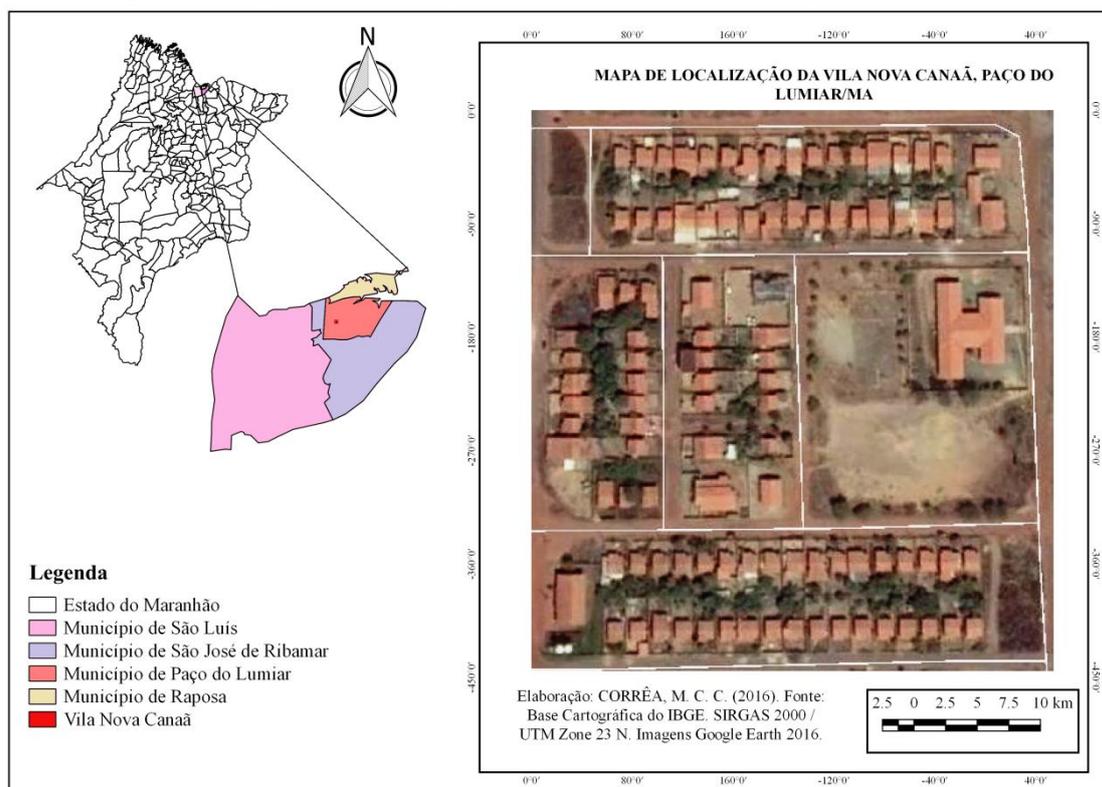
Na Amazônia Oriental, o “Projeto Grande Carajás concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com uma grande influência para as iniciativas de desenvolvimento no Estado do Maranhão, conforme afirma ainda o mesmo autor, desde o final da década de 1970, na porção sudoeste da Ilha do Maranhão foram implantados a BR- 135, que liga a Ilha do Maranhão às outras regiões do país, constituindo-se em um dos principais corredores de exportação do Brasil; a Estrada de Ferro Carajás; o Complexo Portuário de São Luís (formado pelo Porto do Itaqui e da Ponta da Madeira, pertencente à Vale); e a Alumar (Consórcio de Alumínio

do Maranhão). Devido à proximidade com estes projetos urbano-industriais, tornou-se uma área bastante cobiçada para a continuidade das grandes obras econômicas e de infraestrutura como, a Usina Termoelétrica – UTE Itaqui, da empresa ENEVA (ex-MPX Energia S.A), tratando-se de “uma unidade geradora de energia elétrica que terá como combustível o carvão mineral com baixo teor de enxofre e alto poder calorífico, a ser importado e transportado em navios até o Porto do Itaqui, nas proximidades da Usina” (PEREIRA, 2010, p. 35).

A Usina Termelétrica do Porto do Itaqui é um empreendimento que compõe a política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, o programa foi concebido como o carro-chefe da política de incentivo ao desenvolvimento econômico da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva para o período de 2007 a 2010, visando superar “os déficits em infraestrutura, desenvolvimento econômico social, e desequilíbrios do desenvolvimento regional, através da aceleração do crescimento econômico, aumento da empregabilidade e melhoria das condições de vida da população” (PEREIRA, 2010, p. 30). O local escolhido para a implantação da UTE foi numa área às margens da BR-135, onde se situava a comunidade Vila Madureira, devido “às proximidades com o Porto do Itaqui, o que facilitaria o transporte do carvão a ser importado; a possibilidade de utilização das águas do mar e da interligação com o Sistema Integrado Nacional por meio da Linha de Transmissão da Eletronorte” (PEREIRA, 2010, p. 36).

Para possibilitar a instalação da UTE, o Plano Diretor da cidade, do ano de 1992, recebeu “alteração que permitiu a conversão de 1.064 hectares de Zona Rural II para Zona Industrial (Lei Municipal nº 4.548, de 09 de dezembro de 2005), o que passou a liberar a utilização da área para implantações industriais” (CARVALHO, 2010, p. 09). Essa área abrange atualmente a Termelétrica do Itaqui que remanejou os moradores da Vila Madureira, deslocando para outro município da ilha do Maranhão (Paço do Lumiar), a qual houve a mudança do nome para Vila Nova Canaã, localizado com os limites à norte, com a MA-204; à sul, com a Av. Epiáfio Cafeteira; à leste, com o Cemitério Pax União; e à oeste, com o bairro Vila do Povo. Constando as seguintes coordenadas geográficas: 02°51’30.17”S; 44°15’74.62”W; 02°51’48.33”S; 44°15’50.13”W (Mapa 01).

Mapa 01: Mapa de Localização da Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar-MA.



Fonte: Autora, 2016.

Em toda trajetória da pesquisa, no que concerne à temática em questão, a abordagem teórica utilizada foi o materialismo histórico dialético que norteou o processo investigativo, partindo da realidade concreta em seus determinantes e suas determinações de um dado processo social, enfatizando sua dimensão histórica, o contexto da realidade pesquisada, de suas correlações de forças e conflitos sociais existentes a partir das relações sociais estabelecidas e dos interesses de classes antagônicas. Nessa perspectiva, consideramos toda a situação e a trajetória dos moradores rurais da comunidade Vila Madureira para a Vila Nova Canaã, seus modos de vida, padrões, uso dos recursos, relações com o ambiente, formas políticas e culturais, associando ao processo de implantação do empreendimento e suas implicações no contexto histórico e político desses trabalhadores, bem como o papel do Estado.

A abordagem utilizada neste estudo foi o materialismo histórico dialético que empreende uma análise de situações divergentes partindo de uma tese que em seguida se desdobra numa antítese e por fim extrai uma síntese como resultado de um processo

que não se encerra, mas que assume o aspecto de espiral como possibilidade constante de devir. Conforme assegura o autor Nicola Abbagnano (2012, p. 749): “cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese que dará lugar a uma nova síntese. Segundo Marx e Engels, esse conjunto de leis determina a evolução necessária do mundo natural”.

O materialismo histórico dialético defendido por Marx faz análise aguçada das relações sociais e econômicas que formam uma estrutura que explica fatos históricos e culturais que são produtos da intervenção humana na natureza. Desse modo, ao se mudar as condições materiais de uma determinada sociedade, como a analisada neste trabalho, modificou-se os hábitos sociais e culturais de um povo, resultando em abruptas modificações da consciência da coletividade. Sobre isto cito Engels (1880, p. 49):

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos.

Numa conjuntura em que os interesses econômicos têm primazia frente aos valores humanos, há de se convir, que em nome do desenvolvimento e da produção de empregabilidade, aniquilasse os modos de vida de uma população desprovida de consciência crítica que faça oposição às promessas ilusórias de uma empresa interessada apenas num território multiplicador de expressivo capital. Conforme corrobora Abramovay (1992, p. 56):

Onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses veem desvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social.

No decurso de 2016, houve o reconhecimento da área de estudo “*in loco*”; pesquisas por referenciais bibliográficos; realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores da Vila Nova Canaã, com a aplicação de 50 formulários através de amostragem aleatória; gravações autorizadas das conversas, com uso de gravador para transcrição e análise da comunicação oral junto a interlocutores selecionados; realização de entrevista estruturada via e-mail com a empresa ENEVA; e por fim, a produção de

relatório crítico-descritivo dos fatos identificados. Observa-se que os entrevistados optaram por não se identificarem, por isso apenas a letra do nome inicial de cada pessoa nas reproduções das falas.

O poder público tem atuado em consonância com a implantação de grandes empreendimentos, utilizando-se de instrumentos de planejamento voltados à organização territorial para possibilitar as instalações industriais. Então, este artigo tem o objetivo em analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização dos moradores da Vila Madureira, em São Luís-MA, para a Vila Nova Canaã, em Paço do Lumiar-MA, em decorrência da implantação da Usina Termelétrica do Itaqui.

Do território a (des)reterritorialização

Antes de iniciar a discussão, cabe reforçar que para incorporar como enfoque analítico a dinâmica da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), é necessário observar que esta deriva, em um sentido mais amplo, do conceito de território tratado na geografia. Quando o território é tomado como objeto analítico é necessário levar em consideração as modificações no espaço global. Segundo Santos (2003, p. 97), “em um mundo cada vez mais globalizado, o período técnico-científico-informacional domina as relações no espaço, impondo-se em todos os territórios”. Conseqüentemente, não são somente nos espaços complexos, geralmente urbanos, que se têm evidenciado mudanças significativas nas práticas sociais, no rural também se evidenciam as transformações.

De forma marcante, as transformações no rural foram alcançadas num grau significativo de importância à medida que novas demandas foram instalando-se sobre o território, sendo que isto levou à diversificação e a ampliação da rede das relações sociais. Neste sentido, o local passou a interagir com o global através da intensificação das trocas econômicas, culturais e simbólicas. Como afirma Blume (2005, p. 102):

Na “era” da globalização econômica onde se acentuam as relações de poder econômico-político e simbólico entre a sociedade e o espaço, discutir as transformações que ocorrem sobre os territórios implica em reconhecer diferentes e imbricadas dinâmicas territoriais que se desenvolvem no espaço.

É neste sentido que se coloca o enfoque da dinâmica T-D-R como recurso analítico para uma leitura das dinâmicas sociais, diante a flexibilidade que a análise

permite para averiguar as articulações dos processos territoriais que conformam “permanências, rupturas, simetrias e assimetrias no tempo e espaço, do local ao global, nas dinâmicas sociais sem perder a referência espacial escalar dos acontecimentos” (BLUME, 2005, p. 112).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, por exemplo, pela representação, o ator “territorializa” o espaço. “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). “Território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORRÊA, 1996, p. 251). “A sociedade produz um espaço e, ao tomar consciência dele, o transforma em território” (SANTOS, 1996, p. 261).

Singelamente, o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias, isto denomina-se de autonomia, que constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de autoinstituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não doloroso, mas fértil, de discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça. “A plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade” (SOUZA, 2000, p. 106). Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade “sem poder”, o que, aliás, seria impossível.

Induzindo para uma abordagem geográfica o termo território tem o significado de pertencimento – a terra pertence a alguém – não necessariamente como propriedade, mas devido ao caráter de apropriação, reconhece como espaço de relações de poder, mas também é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” assim como a desterritorialidade é entendida como “perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”, e a reterritorialidade como a “criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, in situ, de velhos territórios, seja por meio da

recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (...)” (CORRÊA, 1996, p. 252).

Neste caso, os deslocamentos espaciais constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo, podendo assim associar com a realidade vivida com a antiga Vila Madureira, hoje deslocada para a Vila Nova Canaã. No entanto, no processo de desterritorialização a dimensão política deve ser associada à dimensão econômica, visto que o domínio e apropriação do espaço promovido pelo dinamismo capitalista vêm promovendo rupturas danosas em prol da “moderna” economia globalizada. Desterritorializar uma população destruindo suas relações sociais, promovendo o rompimento da identidade e vem destruindo formas de organização social, além da extinção da biodiversidade biológica. Tais ações levaram a Geografia a pensar em territórios que se constroem e se desconstroem a partir da dinâmica social do trabalho e das relações de produções e circulação do capital. Sabendo que o desterritorialização é um processo de “transformação”, logo essa “transformação” se materializa em algo “novo” que é reterritorializado. Assim, o primeiro se desterritorializa para em seguida reterritorializar. A reterritorialização é uma nova projeção do território, que foi influenciado por dinâmicas / agentes de caráter variado.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. (...) os processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização estão ligados, completam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade (SAQUET, 2007, p. 69).

Incorporando à dominação política uma apropriação simbólico-cultural, desterritorialização não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto. A desterritorialização mais extrema, (também denominada de aglomerados de exclusão) é aquela em que os “indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos sem-teto” (HAESBAERT, 2000, p. 170).

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, com certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constante,

principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes “produz assim o anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes” (HAESBAERT, 2000, p. 193).

Criam-se assim, as novas territorialidades ou re-territorialização, por sua vez, diz respeito à criação de novos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso “os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos” (CORRÊA, 1996, p. 252). Desterritorialização sem nova territorialidade significa exclusão do processo social. Em relação às grandes comparações, novas territorialidades emergem, seja num contínuo processo de expansão, seja numa recomposição de um território perdido total ou parcialmente.

Território nacional de uso internacional: A Usina Termelétrica do Itaqui

A UTE do Itaqui é uma usina de geração de energia elétrica com a capacidade de aproximadamente 360 megawatts (MW), com valor estimado em R\$ 1,5 bilhão, e vida útil de aproximadamente 25 a 30 anos. O combustível utilizado, segundo o empreendedor, é o “carvão mineral com baixo teor de enxofre e alto poder calorífico que será importado da Colômbia e transportado em navios até o Porto do Itaqui e levado à UTE por meio de correias transportadoras” (Figura 01 e 02). Segundo dado do empreendedor, o meio utilizado para a geração de energia se dá através da “tecnologia da queima limpa do carvão (Clean Coal Technology) – tecnologia que apenas ajuda reduzir o volume de emissões de gases” –, onde ocorrerá a “queima de carvão pulverizado em caldeira, que produz vapor de alta pressão, e enviado a uma turbina que acoplada a um gerador produzirá energia elétrica, com previsão de operação de 04 a 06 meses por ano”, de acordo com a demanda do sistema elétrico nacional, com cuja interligação se dará através do ramal da Eletronorte em São Luís (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA., FEV., 2008).

Figura 01: UTE do Itaqui



Fonte: MPX, 2015.

Figura 02: Correia transportadora da UTE



Fonte: MPX, 2015.

O projeto, que já está em operação desde o ano de 2011, teve o direito de implantação adquirido em 2007 pela empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda., e energia num leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Essa empresa prestou serviços na época para companhia paulista MPX Energia S.A, do grupo EBX, que pertencia ao empresário Eike Batista, especializada no ramo de geração de energia, com outros empreendimentos no país (Complexo Parnaíba, no município de Santo Antônio dos Lopes-MA e Pecém II-CE).

Desde maio de 2013, a empresa alemã E.ON assumiu o controle da ex-MPX Energia, mudando o nome para ENEVA (composto pela letra “E” de Energia, combinada à palavra “NEVA” que remete a Nova). Além do apoio do governo federal e de agências de fomento – incentivos e isenções fiscais governamentais e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) – o empreendimento também foi incentivado pelo governo estadual e municipal, contando com todo empenho destes para a sua instalação.

A resignificação do remanejamento dos moradores da Vila Madureira para a Vila Nova Canaã

Os moradores da Vila Madureira, na capital maranhense, foram desterritorializados, no ano de 2009, para o atual território na Vila Nova Canaã, no município de Paço do Lumiar/MA. O processo de reterritorialização foi de inteira

responsabilidade da empresa ENEVA, que através de projetos básicos de moradia e de aquisição de renda, como a construção do residencial e do pólo agrícola, respectivamente, possibilitou no início do remanejamento uma possível melhoria na qualidade de vida desta população. A trajetória do remanejamento ocorreu em duas partes neste mesmo ano: a primeira em 09 de outubro, quando 50 famílias deixaram a Vila Madureira; e logo após, no mês de dezembro, outras 45 famílias se deslocaram para a Vila Nova Canaã, totalizando 95 casas para abrigar as 95 famílias.

Intencionados a observar aspectos sobre a relação entre a empresa e os moradores, e tentar captar opiniões sobre o local, foi questionado aos entrevistados sobre a escolha do nome do residencial. Neste aspecto, e em outros questionamentos, observou-se que as falas proferidas deram a impressão de que sobre a decisão do nome do residencial, os moradores não tiveram autonomia para escolher. Pelos relatos, percebe-se que as possibilidades de escolha foram limitadas e, em alguns casos, inexistiram:

- De onde que veio esse nome “Nova Canaã”?
 - Nova Canaã, eles que escolheram.
 - Por quê? Quem escolheu?
 - Não comunicaram nem a nós. Sabe por quê? Eles mesmos.
 - Eles quem?
 - O presidente, o vice-presidente... E quando nós sabemos sobre isso, já tava lá.
 - Mas é o pessoal da Associação dos Moradores?
 - Sim, e com os da MPX. E quando nós sabemos sobre isso, já era Vila Nova Canaã [...] Ô, calma aê! Devia perguntar o que a população que morava lá o que eles queriam. O presidente ajudou muito a nós senão fosse ele não estaríamos aqui.
- (B, reassentado na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 19/08/2016).

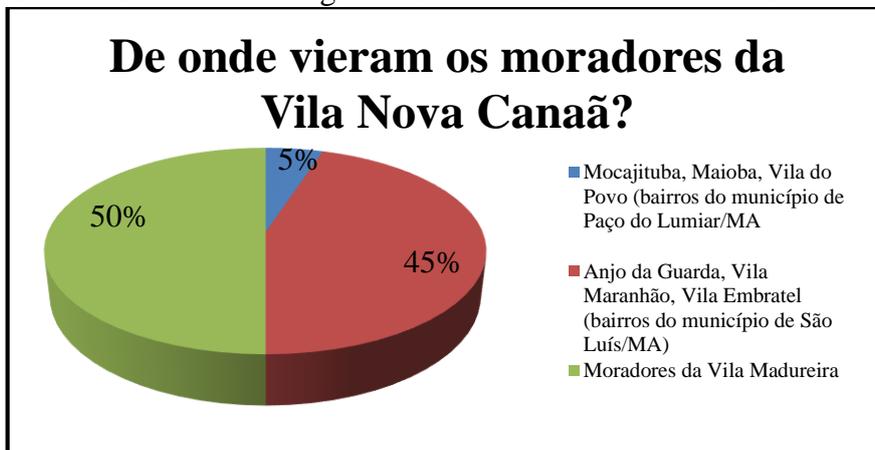
Muitos grupos ou comunidades rurais que sofrem ameaças tendem oferecer resistência, no caso dos antigos moradores da Vila Madureira, estes não tiveram opção, não puderam escolher entre ir ou ficar. Buscou-se então por compreender essa atitude de “falta de resistência” dos moradores, e observou-se que um dos fatores refere-se às próprias diferenças encontradas nos grupos oriundos da Vila Madureira, enquadrados entre “moradores”, “donos de terrenos” e/ou “invasores”, conforme apresentam as observações analisadas pelo autor Sant’Ana Júnior (2009, p. 7-9):

Observando-se as diferentes modalidades de ocupação nas comunidades de Vila Madureira e Camboa dos Frades, é importante destacar como os moradores mais antigos se diferenciam dos recém-chegados, considerados pelos primeiros como “invasores”, pois, estes teriam ocupado terrenos com

intuito de receber indenizações prometidas por intermediários entre a comunidade e os políticos, que utilizam as promessas de indenizações como forma de garantir votos em ano de eleições. Estes terrenos de “invasores”, normalmente, são perceptíveis ao observador, devido à ausência de moradias, notando-se pequenos casebres abandonados e placas com aviso de proibição do acesso aos mesmos. Com relação aos moradores mais antigos, estes procuram se diferenciar daqueles, demonstrando a relação afetiva com o lugar (...) recorrendo à memória de moradores mais antigos da Vila Madureira, eles relataram caso de “invasores” que ocuparam partes dos terrenos cedidos por moradores mais antigos e passaram a condição de “posseiros”. Essas pessoas também foram categorizadas, principalmente pelo Serviço de Responsabilidade Social da MPX, como “oportunistas”, isto é, ao saberem que os moradores da área poderiam ser indenizados, elas procuraram adquirir um terreno para conseguir tirar vantagens econômicas na condição de usuário das terras.

Conforme mostra o gráfico 01, os 45% dos moradores que moram na Vila Nova Canaã vieram de bairros próximos à antiga Vila Madureira, na região rural da capital. Sendo assim, esses eram os considerados “invasores” e/ou “donos de terra”, que buscavam apenas as indenizações que a empresa propôs ou tinham suas casas abandonadas na área, porém não habitam naquele local. Atualmente, uma pequena parcela de moradores, cerca de 5%, vindos de bairros pertencentes ao município de Paço do Lumiar, já está dando origem a uma nova população residente. Atrelando os dois casos, revela-se que a metade dos moradores na Vila Nova Canaã, nos dias de hoje, são compostos por famílias que não foram residente na Vila Madureira, percebendo assim a extinção da população nativa e de uma comunidade entrelaçada por territorialidades, que vai sendo afetada pelas ausências de condições básicas no seu atual território.

Gráfico 01: Local de origem dos moradores da Vila Nova Canaã



Fonte: Autora, 2016.

Cada residência é constituída por uma área de 57 m² e com escrituras, no padrão do Programa de Arrendamento Residencial/ Caixa Econômica Federal (PAR/CEF). Os residentes da Vila Nova Canaã foram beneficiados com 05 (cinco) mobílias em cada casa: fogão, geladeira, liquidificador, aparelho de televisão e computador, mas segundo informações dos próprios beneficiados, esses aparelhos apresentavam defeitos ao serem utilizados e seu estado físico era de material seminovo.

Analisando os tipos de residências e o uso, nos reflete ao descaso de que a metade esteja para venda/aluguel (Figura 03) ou abandonada (Figura 04). E isso vem acontecendo desde o primeiro ano de entrega das residências, onde já tiveram registros de moradores que comercializaram seu imóvel antes do prazo dado pela empresa. Observa-se o fato na entrevista feita nos primeiros anos do residencial.

P: E já venderam casas?

R: Até onde eu sei já foram 4 vendidas. A empresa disse que não pode. Só pode vender depois de 3 anos, mas já venderam. A mesma coisa é a área do pólo. Não pode por questão de garantia, mas [...] já vendeu. (R, reassentado na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 24/08/2016).

Figura 03: Casa com aviso de venda.



Fonte: Autora, 2016.

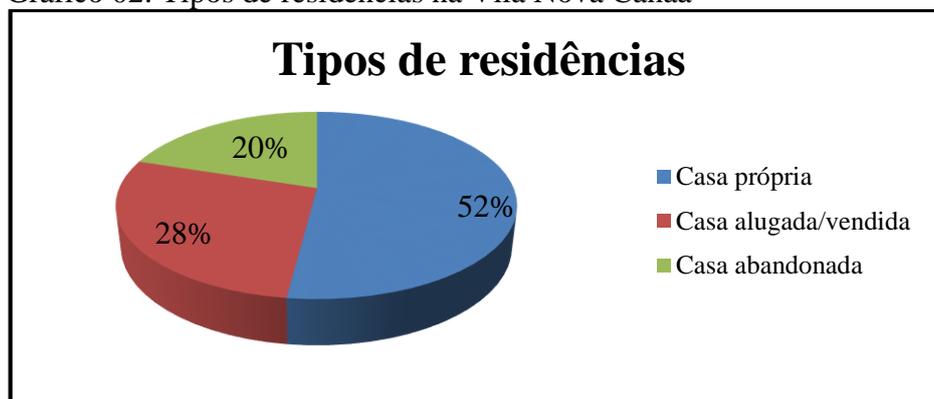
Figura 04: Casa abandonada.



Fonte: Autora, 2016.

Atualmente, o número de casas vendidas/alugadas e abandonadas vem crescendo, conforme mostra o gráfico 02. Os reais motivos pela comercialização das residências perpassam por: distanciamento da dita “civilização”, expressão utilizada pelos próprios moradores; dificuldade no transporte; área deserta e sem estrutura; a não adaptabilidade com o lugar; e os constantes assaltos na área.

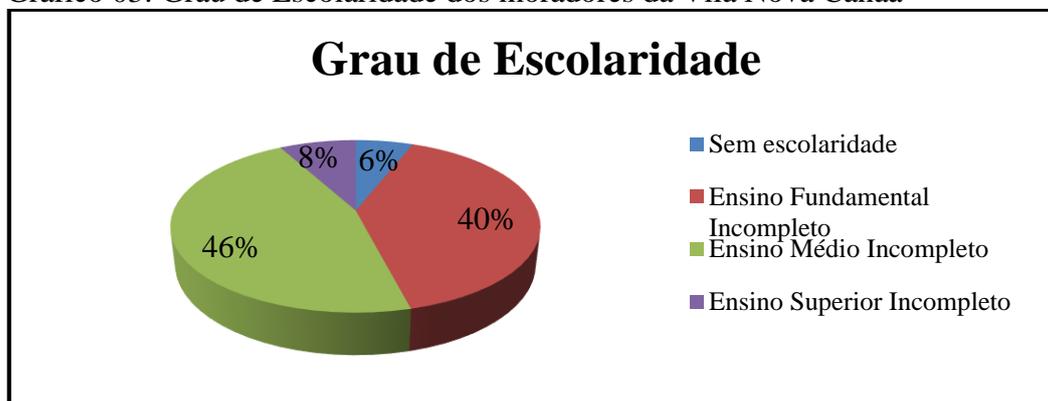
Gráfico 02: Tipos de residências na Vila Nova Canaã



Fonte: Autora, 2016.

Em relação ao grau de escolaridade dos moradores, gráfico 03, a pesquisa mostra que o nível educacional dos mesmos ainda está a desejar, com índices que demonstram a necessidade pela conclusão dos estudos. Quando refiro ao ensino incompleto é notório que os moradores não estão dando continuidade, estagnam na aquisição de conhecimentos e acabam revelando que o mercado de trabalho está mais exigente, mas não se qualificam profissionalmente ou concluem os estudos, principalmente por conta da constituição de família cada vez mais cedo e conseqüentemente, leva-se por uma forma rápida de geração de renda. O índice de pessoas sem escolaridade também é significativo, os moradores relatam pela ausência de oportunidade durante a vida estudantil e o esforço de ajudar em casa desde criança, com o trabalho exploratório. A demanda pelo Ensino Superior é crescente, ainda não existe nenhuma pessoa formada na comunidade, mas a expectativa é que as oportunidades surgirão a partir do desempenho individual pela busca de melhores condições de vida, infelizmente, exterior à Vila Nova Canaã.

Gráfico 03: Grau de Escolaridade dos moradores da Vila Nova Canaã



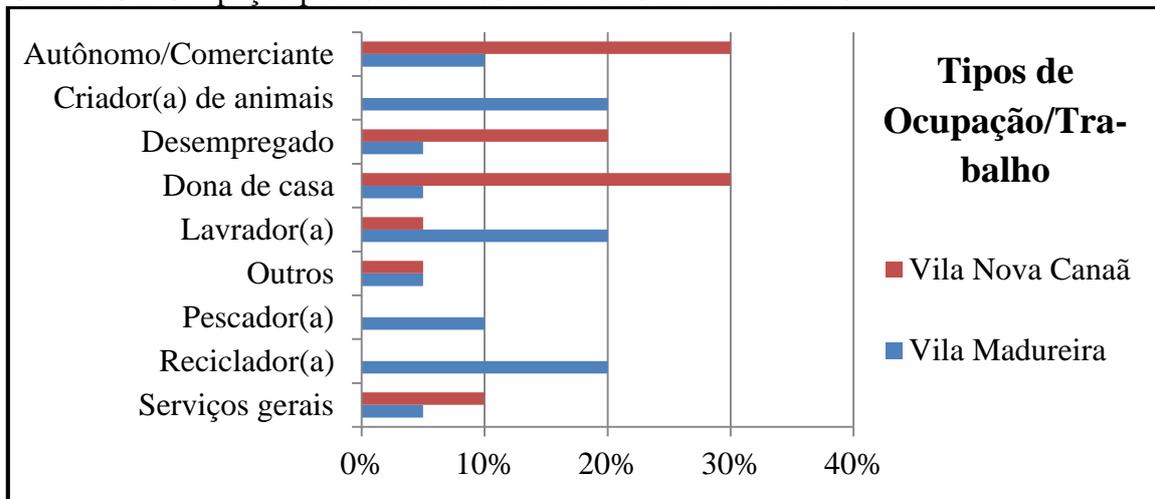
Fonte: Autora, 2016.

Outro fator importante a ser destacado refere-se às atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias. O relatório da empresa destaca que 50 famílias obtinham renda na Vila Madureira por meio de atividades de natureza urbana e de atividades de natureza rural (a criação de animais, a pesca, a agricultura e o extrativismo). Havia a existência de famílias que obtinham renda da seleção de resíduos para reciclagem, retirados de um lixão ao lado da antiga comunidade, o relatório informou que “tal atividade era realizada com habitualidade por 10 famílias” (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA., DEZ., 2008). A atividade que mais se destacava era:

A criação de galinhas e porcos é frequente entre as famílias que residem na Vila Madureira. Os cultivos são diversificados e em pequena extensão, predominantemente de frutíferas, formando quintais com uma miscelânea de espécies plantadas misturadas às nativas. Das 95 famílias cadastradas, 73 delas alegaram possuir algum cultivo e/ou criação, de 17 delas não realizam e outras 5 não informaram. O destino da produção serve normalmente ao consumo próprio, sendo que do total das famílias, 70 delas disseram realizar algum consumo, seja diário ou eventual, 20 delas disseram não consumir produtos e 5 não informaram. Quanto à comercialização 46 famílias disseram realizar algum nível de comercialização de excedentes em feiras livres dos bairros próximos, como Anjo da Guarda, Vila Maranhão e Liberdade. A exploração agropecuária e/ou extrativista representa a principal fonte de renda para a maioria das famílias, ela tem participação na subsistência de boa parte das famílias (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., DEZ., 2008).

Atualmente, por ausência de um local adequado para as práticas de trabalho cotidianas, as famílias não podem mais praticarem seus plantios, criar animais e fazer os trabalhos de reciclagem, extinguindo o modo anterior de sobreviver, como mostra o gráfico 04. Sendo assim, as mesmas acabam por serem incentivadas, pela área remota a qual foram instaladas, a gerarem renda por meios autônomos, abrindo seus próprios comércios na residência em que moram; dependendo da renda do chefe da família, levando as mulheres a serem donas de casa; e a falta de estudos e oportunidades propicia ao desemprego em tempos de crises econômicas no país. A atividade pesqueira também era meio de obter renda na Vila Madureira e foi bastante questionada pelos moradores, principalmente pelos homens, pois não há rio e/ou braço de mar próximo ao atual local de moradia.

Gráfico 04: Ocupação profissional dos moradores da Vila Nova Canaã



Fonte: Autora, 2016.

Há relação entre o grau de escolaridade e ocupação no trabalho das famílias na Vila Nova Canaã, percebe-se que acaba evidenciando no aparecimento de subempregos no interior do residencial da Vila Nova Canaã, como: restaurante (Figura 05), mercadinho (Figura 06) e panificadora. Os motivos para a geração desse tipo de trabalho são as dificuldades dessas pessoas para ter o acesso há áreas com infraestrutura comercial, já que a localização do residencial é remota do centro urbano no município de Paço do Lumiar; muitas famílias encontram-se desempregadas e sem qualificação profissional para suprir a necessidade do mercado de trabalho.

Figura 05: Restaurante



Fonte: Autora, 2016.

Figura 06: Mercadinho



Fonte: Autora, 2016.

A empresa ENEVA, além de ter a responsabilidade com a entrega das casas para moradia, prometeu algumas obras inseridas no projeto básico para contemplação dos moradores da Vila Nova Canaã. Dentre esses projetos, destacam-se os que já foram concluídos: A UEB (Unidade de Ensino Básico) Nova Canaã, o Posto de Saúde Canaã e o Posto de Segurança.

A escola UEB Nova Canaã (Figura 07) é uma instituição de iniciativa privada que foi entregue a Prefeitura de Paço do Lumiar, oferecendo assim uma educação básica pública com o Ensino Infantil e Ensino Fundamental. A escola é frequentada por moradores do residencial e de bairros adjacentes, como: Vila do Povo, Vila São José, Maioba e Mocajituba. A estrutura física da escola é composta por 05 salas de aula (Figura 08), com carteiras, janelas, portas precárias e sem ventilação; a cantina; uma biblioteca; uma sala de informática, com os computadores sem funcionamento pela falta de um profissional para manejo das máquinas; um pátio pequeno; a secretaria; sala dos professores; os dois banheiros (masculino e feminino); e uma quadra esportiva, sem estrutura para a prática de qualquer atividade física.

Figura 07: Vista frontal UEB Nova Canaã.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 08: Sala de aula.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O maior agravante no ramo educacional é a ausência de manutenção da unidade escolar, onde houve uma carência de professores durante quase 06 meses no ano de 2016, e conseqüentemente, a falta de aulas. Os motivos apontados pela própria direção da escola referem-se aos salários atrasados e a questão da ausência de transporte

público, intercalada ao distanciamento desta escola em relação à área urbana do município de Paço do Lumiar.

Esta última está entre as principais reclamações dos moradores, a carência de transporte público para a comunidade, pois os mesmos disputam lugares em apenas um ônibus, com estrutura física precária, da linha destinada ao bairro Vila do Povo, que trafega na avenida principal da comunidade de duas em duas horas, fazendo o itinerário até o Terminal de Integração da Cohab, na capital São Luís. Alguns moradores relatam que já foram constrangidos pelos funcionários da empresa responsável por essa linha de transporte, que se recusavam a passar em frente ao residencial Vila Nova Canaã com receios de assaltos. Outros meios de transporte público utilizado pelas pessoas da Vila Nova Canaã são duas vans também do bairro Vila do Povo, que fazem a rota até o Mercado Central, na capital; e dois carros lotação, com o destino até o Shopping Pátio Norte, no município de São José de Ribamar/MA. Já alguns moradores possuem motos e até mesmo bicicletas, caso tenham que resolver algo apenas nas proximidades da comunidade.

Outra situação que deixa as famílias da Vila Nova Canaã insatisfeitas refere-se à falta de segurança e iluminação pública, a empresa ENEVA mesmo construindo um Posto de Segurança Pública na comunidade e com o apoio da Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar, os assaltos são constantes, a qualquer hora do dia e da noite, pois não acontece a ronda policial na área. Além disso, as fiações elétricas dos postes nas ruas e na avenida principal precisam de manutenção, o que acaba contribuindo para o aumento no número ataques e roubos na comunidade. A empresa responsável pela iluminação das casas é a Companhia Elétrica do Maranhão – CEMAR, sendo o valor do custo desse serviço variante de residência para residência, ficando numa média mensal entre R\$ 70,00 a R\$ 200,00.

O saneamento básico referente ao esgoto e coleta de lixo é visto como um grave problema para toda a comunidade. O esgoto ainda é a céu aberto e como a estrutura das ruas não são pavimentadas e não tem escoamento para a água, em período chuvoso faz-se um lamaçal nas portas das casas. E a respeito da coleta do lixo doméstico, é feita em caminhões e não adentra nas ruas do residencial apenas percorre a avenida principal de três em três dias, às vezes de 15 em 15 dias, e quando passa. Conseqüentemente, o

acúmulo de lixo vai se tornando realidade no residencial refletindo nas condições de saúde da população, principalmente das crianças.

Quanto ao abastecimento de água é feita por meio de duas caixas d'água tubulares, cada uma com 20.000 litros, retirando a água do poço artesiano perfurado na própria comunidade. A distribuição e a manutenção desse recurso hídrico eram feitas pela empresa de Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, os serviços eram pagos pela empresa ENEVA, mas no ano de 2015, a empresa Odebrecht ganhou a licitação para o fornecimento de água e limpeza de esgoto nos municípios de Paço do Lumiar/MA e São José de Ribamar/MA, com isso os valores dos serviços começaram a serem cobrados para os moradores, que custeava em média mensal entre R\$ 50,00 a R\$ 150,00.

As condições de saúde, também deixam a desejar como apresenta o Gráfico 05, com a implantação de um Posto de Saúde (Figura 09) na comunidade, parceria da empresa ENEVA com a Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar para a prestação de serviços básicos, a situação visava para melhorias nessa área, mas não foi o que aconteceu.

Figura 09: Posto de Saúde Canaã.

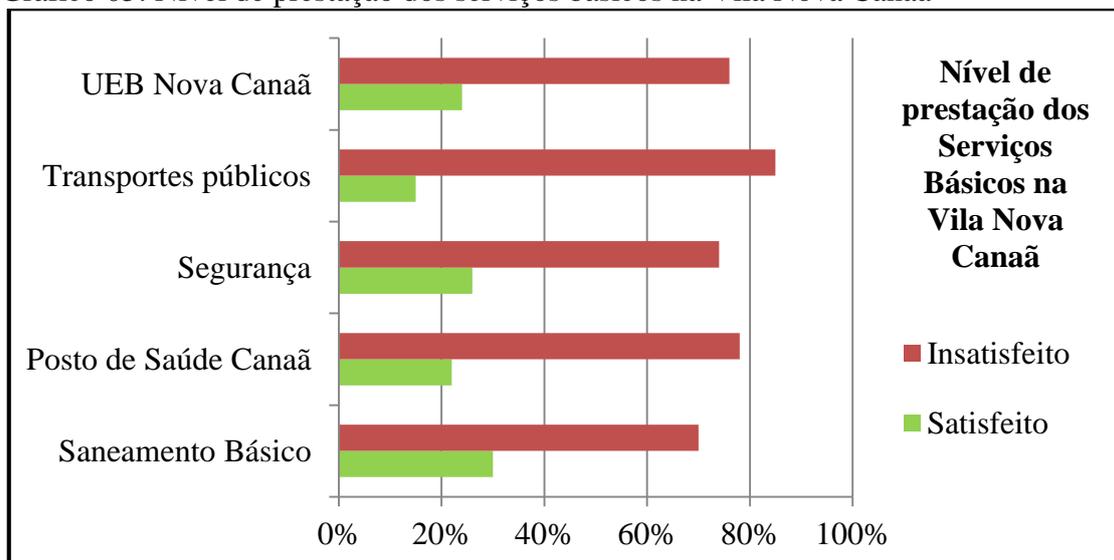


Fonte: Autora, 2016.

A estrutura física está pronta externamente e inacabada internamente, refletindo na precariedade do atendimento que também é oferecida para os bairros adjacentes (Vila do Povo e Vila São José). Os moradores relatam a falta de médicos específicos (Dentista, Ginecologista e Pediatra), prometidos no ano de 2014 na

inauguração do posto, todavia sempre existiu apenas um profissional, o Clínico Geral, que não atende todos os dias da semana e sua presença não é frequente, além dos remédios gratuitos que não estão sendo disponibilizados. O serviço de emergência também não está disponível e os moradores são encaminhados para um Posto de Saúde provisório no bairro do Maiobão, que não supre todas as necessidades básicas dessa natureza, acumulando assim toda a demanda desse serviço num único local do município de Paço do Lumiar. Para demonstra as principais carências referentes aos serviços básicos (Educação, Saúde, Segurança, Transporte e Saneamento Básico), foi-se necessário à confecção do gráfico 05, no qual demonstra o nível de prestação desses serviços na Vila Nova Canaã.

Gráfico 05: Nível de prestação dos serviços básicos na Vila Nova Canaã



Fonte: Autora, 2016.

Observa-se assim, que o grau de insatisfação dos moradores da Vila Nova Canaã, em relação aos serviços básicos (Educação, Saúde, Segurança, Transporte e Saneamento Básico) fornecidos pela própria empresa responsável pelo remanejamento para tentar suprir as necessidades básicas de uma parcela da população, não funcionam, são precários, improváveis e ineficientes. Fazendo com que as famílias se desloquem para bairros adjacentes, quando possível, para que possam adquirir atendimentos que também deixam a desejar.

No que diz respeito, às opções de lazer construídas pela empresa ENEVA para uso coletivo na Vila Nova Canaã, pode-se citar: Igrejas, uma católica: Igreja Graça de

São Benedito, que encontra-se fechada a 01 ano, por falta de padre; e duas igrejas evangélicas: Assembleia de Deus e Adventista do Sétimo Dia; o campo de futebol e a praça, as duas últimas encontram-se sem manutenção desde a inauguração do residencial, com mato alto e brinquedos enferrujados, respectivamente, os moradores revelam que nessas áreas ditas para lazer há um excesso de exposição ao sol e muita poeira, além da ausência de árvores para fornecer sombras e ventilação na área.

Na comunidade há uma associação de moradores, onde acontecem as principais reuniões semestrais como os moradores para tratarem de assuntos relacionados à comunidade; a rádio comunitária, que não está funcionando por falta de incentivos financeiros; e o mercado comunitário, que permanece fechado por ausências de alimentos para comercializar. Os moradores reclamaram também da ausência de feiras e supermercados no local, quando precisam fazer compras vão até o bairro Maiobão, zona urbana do município de Paço do Lumiar, porque o mercado construído pela empresa ENEVA, local onde os moradores comercializariam os alimentos produzidos no Pólo Agrícola, é distante das freguesias.

As festividades que aconteciam na Vila Madureira, como o Festejo de São Benedito, padroeiro da comunidade; e as danças do Tambor de Crioula, não acontecem mais na atual Vila Nova Canaã, apenas ficaram na lembrança. O motivo justifica-se pela saída de muitos integrantes da dança que foram morar em bairros da capital São Luís, como já discutido anteriormente. Perdendo-se assim, a identidade cultural e os modos tradicionais festivos da antiga comunidade Vila Madureira.

Com base em entrevistas realizadas via e-mail junto à empresa ENEVA, constatou-se que a mesma tinha contrato com a comunidade Vila Nova Canaã até o final do ano de 2016, que findava com o término de outros projetos: a construção da Casa de Cultura e da biblioteca pública, a revitalização do campo de futebol e da praça na comunidade. Porém, as obras nem foram iniciadas e o contrato expirou. Os moradores parecem não acreditar mais nos compromissos divulgados pela empresa.

Do projeto à realidade do Pólo Agrícola Nova Canaã

O Pólo Agrícola é mais um dos projetos fornecidos pela empresa ENEVA, no ano de 2010, para beneficiar os moradores da Vila Nova Canaã. O Pólo Agrícola tem o objetivo de “fomentar um projeto econômico e socioambiental, fortalecendo a produção

e comercialização, incentivando o empreendedorismo e o associativismo, o uso sustentável dos recursos, a produção agroecológica, e a construção da autonomia e o sustento das famílias” (DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA., DEZ., 2008).

A área do Pólo Agrícola fica localizada no bairro da Pindoba, no município de Paço do Lumiar/MA, possuindo uma área total de 60 hectares e distante 5,5 km do residencial Vila Nova Canaã. A distância entre o residencial e o Pólo Agrícola não foi levado em consideração pela empresa responsável ENEVA, já que na antiga comunidade Vila Madureira, os moradores complementavam suas rendas econômicas com atividades em seus próprios terrenos. O meio encontrado pela empresa para resolver essa situação foi promover inicialmente transporte até o pólo, através de uma Kombi fretada, porém isso só ocorreu nos primeiros seis meses, logo depois a empresa parou de oferecer o transporte e cada qual se deslocava como podia, alguns andando, outros de bicicleta e de moto. Além do transporte, a empresa no início também proporcionava um auxílio de R\$ 500,00 para cada morador que cultivasse no Pólo, como forma de incentivo para o não abandono dessa atividade, conforme depoimento observado abaixo, atualmente essa ajuda de custo foi extinta.

Entre os anos de 2010 – 2012, a empresa se responsabilizou em fornecer acompanhamento técnico e estratégias de comercialização para os pequenos agricultores do pólo agrícola. Além disso, uma equipe multidisciplinar acompanhava as atividades no pólo, composta por: 01 agrônomo para o monitoramento, 02 técnicos agrícolas, 01 assistente social, 01 professor da área de agronomia, 01 auxiliar administrativo, 01 representante da ENEVA para controle e 02 secretárias (sendo que para essa última função, o serviço era pago pela associação dos moradores da Vila Nova Canaã e os demais cargos eram por meio de contratos com a empresa).

Em relação à estrutura física do Pólo Agrícola, entre os anos de 2010 – 2012, houve grande quantidade de equipamentos e instrumentos fornecidos pela empresa responsável para melhor desenvolvimento das atividades agrícolas, tais como telado, estufa para as mudas (também chamados de “berçários”), 03 tanques de biofertilizantes, uma central de irrigação com um tanque com capacidade de 340 mil litros e duas caixas com capacidade de 20 mil litros cada, que funcionam automaticamente e conseguem irrigar toda a área de plantação. Também tinha uma área para o almoxarifado, uma sala

para reunião e outra funcionando como escritório contendo dois computadores. E ainda, uma casa de higienização para que hortaliças e frutas ao serem colhidas, estivessem prontas para o consumo.

Nos primeiros anos do Pólo Agrícola, constatou-se por visitas “*in loco*”, há várias plantações de diversos gêneros hortifrutí, como alface (Figura 10), milho (Figura 11), dentre outros (feijão, macaxeira, mamão, banana, pimenta, cebolinha) cultivados por grupos que se dividem e trabalham de forma rotativa.

Figura 10: Plantação de alface.



Fonte: Autora, 2016.

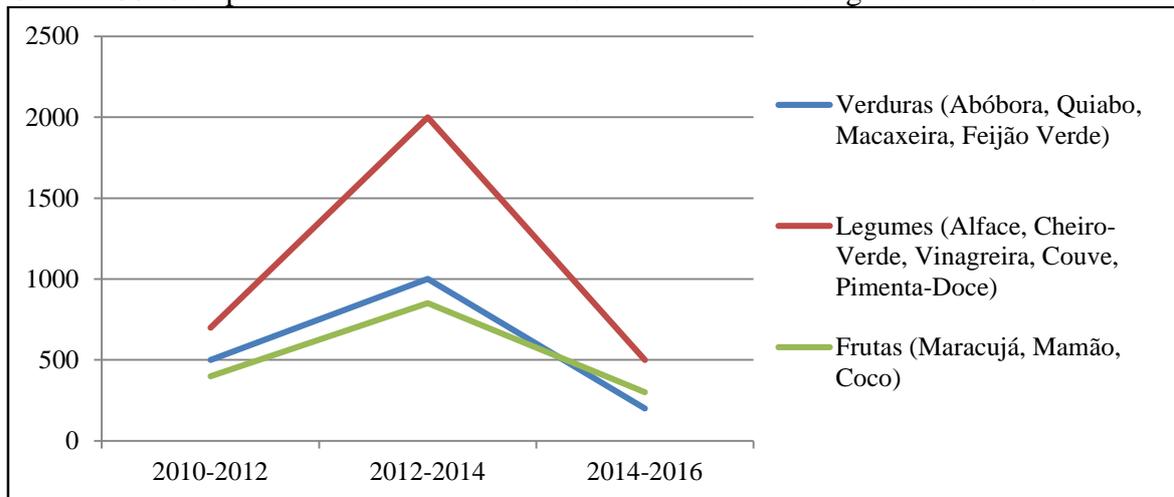
Figura 11: Plantação de milho.



Fonte: Autora, 2016.

Cada família tem uma determinada área, dependendo do tamanho do espaço que tinham quando eram moradores da Vila Madureira. Assim, o presidente da associação de moradores afirma que nenhum morador ficou sem área no pólo agrícola. A produção de hortaliças e frutas teve o auge entre os anos de 2010-2012, quando a empresa ENEVA mantinha o contrato com o Pólo, as famílias agrícolas chegaram a faturar entre R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 por mês. Entre o período de 2012-2014, houve o declínio do cultivo das plantações quando a mesma não acompanhou mais o Pólo Agrícola e os pequenos agricultores tiveram que “salvar” seus plantios, parar ou dá continuidade com as hortas sem assistência da empresa responsável até os dias atuais, como demonstra o gráfico 06, a seguir.

Gráfico 06: Comparativo da venda anual das hortifrúti no Pólo Agrícola Nova Canaã.



Fonte: Autora, 2016.

Na época da safra em alta, as diversas hortaliças e frutas produzidas no Pólo eram vendidas no mercado, que tem no próprio residencial e também para uma grande rede de supermercados que atua no Maranhão, o Supermercado Mateus. Mas, segundo informações, até hoje estão à espera do registro da marca própria “Pólo Canaã”, que ainda está em processo de criação e deverá constar que os alimentos produzidos são orgânicos.

Um elemento de destaque que influencia nas relações de convivência entre os moradores no Pólo Agrícola, é a própria sistemática de tratamento utilizada pela empresa no que diz respeito às indenizações e ao terreno destinado as plantações – embora, segundo estes os benefícios foram avaliados de acordo com o valor das benfeitorias que cada morador possuía na Vila Madureira –, o estabelecimento de grupos de tratamento, na forma diretamente hierárquica, tende a desarmonizar as relações de vivência comunitária. E ainda, possuem um caráter totalmente contrário ao antigo sistema em que as famílias estavam habituadas, pois estas tinham total autonomia no tratamento dos seus espaços de terra e nas relações de cultivo com os vizinhos e parentes, além do controle do tempo real despendido para o trabalho de cultivo da terra ou de criação de pequenos animais, o que não se observa com grandes distâncias entre o tempo de lazer, de conversa, de vizinhança, de trabalho porque os espaços da casa e de produção eram contíguos na Vila Madureira. No início desse sistema, observava-se que os pequenos agricultores se sentiam como empregados da empresa.

P: E tem pessoas com terreno maior?

R: Sim, tem pessoas. (...) Segundo eles, dizem que o pessoal que lá na Madureira tinha um terreno maior, então aqui tinha o direito de ganhar uma terra maior.

P: Mas é assim mesmo? Lá todos que tinham um terreno maior na Madureira tem uma área maior aqui?

R: Tem. E tem pessoas lá que tinham o terreno maior do que o que eles deram pra gente aqui. Se você for lá você vai ver o terreno que eles deram lá é como se fosse do tamanho dessa sala pra 12 pessoas trabalharem. Quando saímos de lá, cada um quis o seu pedacinho de terra que não dá pra nada. (F, reassentado na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 24/08/2016).

Outro aspecto importante, dado na forma de tratamento apresentada pela empresa junto aos moradores, é encontrado na sistemática de gestão do Pólo Agrícola. Nesta, foram estabelecidos grupos gestores por unidade de produção, representados por líderes e vice-líderes nas negociações e reuniões com a empresa. Assim, a empresa que faz o acompanhamento do programa de reassentamento e do pólo agrícola realiza reuniões somente com estes representantes. Conforme depoimento:

P: Como funciona a organização dos grupos gestores da horta?

R: Eu não entendo muito bem como funciona, mas são 10 grupos, ou seja, vamos supor, são 10 casas dessa daqui pra dividir em um grupo de pessoas. Todos que tem casa aqui tem esse pedacinho de terra lá. Vamos supor, são 10 pedacinhos dessa sala aqui pra dividir entre 10 pessoas. Aí tiram 1 ou 2 pessoas de cada grupo pra ser líder e vice-líder, então, aí eles não conversam todo mundo, quando há reunião, vão só os líderes de cada grupo.

P: Como eles resolvem quem vai ser líder, e quem vai ser vice-líder?

R: Segundo dizem é uma votação. Por exemplo, no nosso grupo são 12 pessoas, aí tem uma votação entre essas 12 pessoas e escolhem uma pessoa que a gente quer pra ser líder. Eu não votei em ninguém, porque quando eu cheguei já tinha uma pessoa como líder e vice-líder. Eu não votei em ninguém, nem os elegi pra ser líder. Mas, agora como tá sendo a primeira etapa não tá todo o pessoal, né? Tem muita gente que não quis vir pra cá e tá alugando, nem vai trabalhar no pólo. Inclusive no meu grupo são 12 pessoas, mas não estão todas trabalhando, só tem 7 pessoas. (M, reassentada na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 19/08/2016).

Alguns moradores também demonstraram insatisfação com os resultados da primeira colheita do Pólo Agrícola, no ano de 2010, além de ficarem receosos quanto as suas possibilidades de manutenção da subsistência somente com o cultivo do pólo. Conforme a exposição do morador:

P: E o resultado da primeira colheita, como é que foi?

R: Pra mim foi um fracasso. Porque a gente tinha um canteiro de alfaces lá que era pequeno. Aí a gente vendeu e não deu nada.

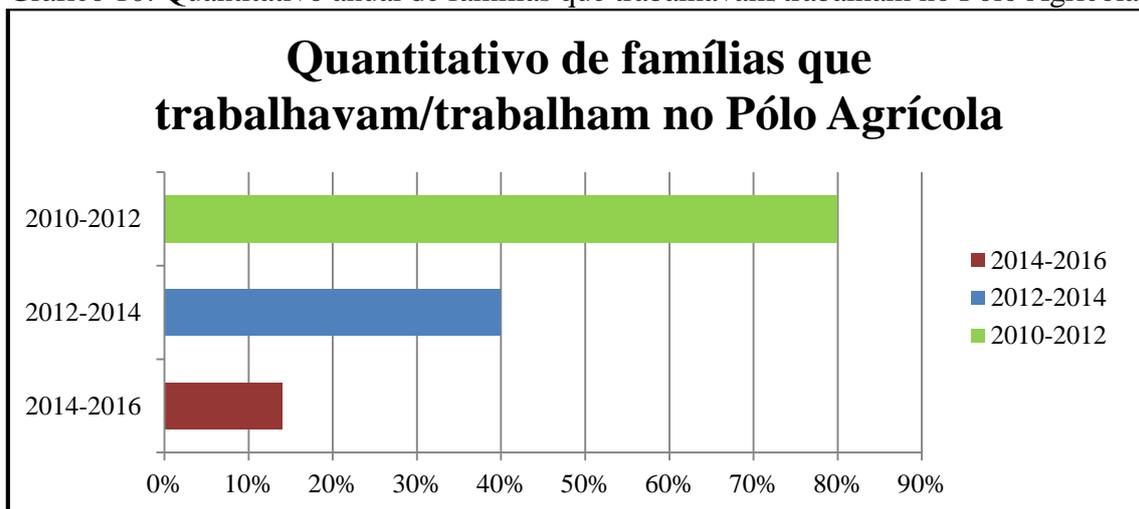
P: Alguém ajudou vocês a comercializar?

R: Tem um contrato com a empresa [...] que vai comprar mercadoria da gente. Barato demais. Pra gente não tá dando lucro nenhum. Porque quando a gente estiver colhendo, a bolsa vai ser cortada, e a gente vai viver daquilo que

a gente estiver colhendo. E a primeira foi ruim demais. Porque a gente conseguiu R\$ 318 reais, mas eram R\$ 318 reais divididos pra 12 pessoas. E desse dinheiro a gente tem que tirar 5% pra o gás, 5% pra luz... Porque tudo isso lá é a gente que paga. A gente vai ficar com o quê? Nada. (M, reassentada na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 24/08/2016).

Do ano de 2013 até os dias atuais, a empresa ENEVA não oferece mais assistência para os agricultores, como reflexo disso observa-se a queda no número de trabalhadores no Pólo, gráfico 10, e na diminuição da renda familiar que atualmente permanece entre R\$ 300,00 a R\$ 500,00 por mês. Observa-se que somente 07 produtores da Vila Nova Canaã ainda continuam produzindo por conta própria e já até se mudaram para o Pólo Agrícola devido à distância remota entre a zona de moradia e a zona de trabalho.

Gráfico 10: Quantitativo anual de famílias que trabalhavam/trabalham no Pólo Agrícola.



Fonte: Autora, 2016.

Há existência de casas sendo construídas no interior do Pólo (Figura 12), nas proximidades dos terrenos destinados a cada morador, por enquanto, existem 07 casas de agricultores já construídas, mas a tendência é aumentar o número de proprietários porque o terreno doado pela empresa ENEVA já pode ser vendido e moradores de bairros próximos, como a Pindoba, já mostram interesse pelos terrenos agrícolas, seja para a venda ou aluguel. Enquanto, alguns moradores estão permanecendo no Pólo, outros estão abandonando os terrenos (Figura 13), por falta de insumos agrícolas para as plantações, com isso ocasionando a queda na produção agrícola nos últimos anos, como já apontado anteriormente; e também por conta da distância significativa para o residencial, levando as famílias a recorrerem para outro tipo de ocupação profissional.

Figura 12: Moradia no interior do Pólo.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 13: Terreno abandonado.



Fonte: Autora, 2016.

As famílias ainda reivindicam o fim do contrato da empresa ENEVA com o Pólo Agrícola, devido à mesma não ter honrado com o suporte técnico necessário e os projetos previamente anunciados ficaram inacabados, como resposta a ENEVA diz que para o pólo agrícola o acompanhamento contratual era apenas de 02 anos. Os moradores se sentem desapontados como afirma a entrevista a seguir.

P: Como está a situação do Pólo depois do fim do contrato?

R: Ficou por nossa conta. É aí a dificuldade para muita gente, eu tenho certeza. Porque quando dizia que a empresa tava junto, tava daquele jeito, imagina agora, aqueles que têm um terreno maior já está querendo tomar conta de tudo, mandando na maioria...

[...]

P: Vocês já se reuniram pra reivindicar?

R: Minha irmã, a verdade é que todo mundo fala, fala, fala mal da empresa. Ninguém é conformado com o que tem. A gente acha que deveria ter ganhado mais, que devia ter beneficiado mais... Todo mundo fala e ninguém tem coragem de fazer nada. Essa é a verdade. A empresa chega pra todo lado dizendo que cobriu a gente de joias, e todo mundo consente. Ninguém tem coragem de levantar o dedo e desmentir. (D, reassentada na Vila Nova Canaã, entrevista realizada em 19/08/2016).

O processo observado durante todo o período de implantação do Pólo Agrícola até os dias atuais, faz-se refletir que esse projeto não foi bem visto pelas famílias realocadas, por inúmeros fatos: distância remota do local de moradia para o local de trabalho; grande parte dessas pessoas não tinham como ocupação anterior na Vila Madureira o trabalho agrícola, e sim a pesca e a reciclagem; o apoio dado pela empresa limitou-se apenas em construções físicas e quase nada em capacitações técnicas e científicas; e na verdade, tudo isso foi arquitetado para chamar a atenção da mídia, como a empresa preocupada com o bem estar dos moradores expulsos, quando a real

qualidade de vida dessas famílias é ofuscada por uma quantidade de promessas e propagandas não concretizadas.

Considerações finais

A atual estrutura da produção capitalista e da tecnologia tem produzido novas formas de territorialização, promovendo a desterritorialização de um lado, e a reterritorialização de outro, provocando muitas vezes, mudanças sociais e desarmonias no território concebido, vivido e imaginário, haja vista que na nova área habitada as pessoas não encontram os valores simbólicos, econômicos e culturais que tinham antes e, ao mesmo tempo, não encontram outros, ao menos de imediato, para a construção de novos referenciais.

A antiga comunidade Vila Madureira era constituída por moradores que, apesar de apresentarem pontos que demonstravam sua ligação com o local de moradia (manifestados, sobretudo, por suas formas de manutenção através da retirada de recursos da natureza), alegaram que habitavam em uma área bastante poluída, bem como se sentiam constantemente inseguros por residirem em um território detentor de muitos interesses manifestados pela instalação industrial. Assim, a comunidade evidenciando uma possibilidade que surge para não sair de seus terrenos sem indenização e considerando que mudariam para uma área em que obteriam seus títulos de terra, resolve-se acatar essas possibilidades. O representante da associação de moradores da Vila Madureira, através de cooptação decide aceitar a proposta da empresa ENEVA e se deslocar para outra área, processo esse que se dá através de um acordo sem a participação da comunidade como um todo, sem resistências por falta de organização comunitária e coesão social.

A atual população residente da Vila Nova Canaã sofre constantemente com as consequências provenientes do remanejamento oferecidas pela empresa Eneva. O residencial oferece inúmeras inseguranças pela falta de infraestrutura: assalto, roubo, iluminação pública precária, ausência de saneamento básico e coleta de lixo, faltam supermercados e feiras, posto de saúde desativado, escola inadequada, igreja católica abandonada, terrenos baldios, entre outros, o que acarreta para as pessoas a perda da qualidade de vida e a extinção do valor social, econômico e cultural, o que se faz refletir

sobre o ato de despreocupação da empresa e da prefeitura de Paço do Lumiar em contribuir para a melhoria de vida dessa comunidade. Isso só prova que os conflitos socioambientais ainda estão presentes e persistirá enquanto houver luta pelos direitos de um povo.

O pólo agrícola é um projeto que não surtiu efeito, área remota do residencial, a empresa não levou em consideração as atividades econômicas desenvolvidas anteriormente na Vila Madureira pela maioria da população, a produção e a renda não foram suficientes para as famílias se sustentarem e nem para manterem os instrumentos necessários para o trabalho agrícola, percebe-se que foi gerando cansaço e desestímulo por parte dos poucos que ainda tentaram permanecer nessa ocupação. Percebe-se que os moradores acreditaram nas promessas de uma empresa que estava apenas interessada num território multiplicador de capital, desinteressada pelas consequências que traria através da migração de pessoas.

Através da exposição da realidade vivenciada por este estudo, percebe-se que as famílias da Vila Nova Canaã, foram sim reterritorializadas, mas em locais com sujeições e adversos ao território de origem. Evidenciou-se que houve a tentativa de reproduzir os afazeres e as culturas fincadas anteriormente num novo território desprovido de condições de recursos naturais, porém como resultado colheu-se a extinção de tudo que foi adotado.

Como medidas mitigadoras, seria necessário o apoio para inovação de projetos profissionalizantes voltados para o desenvolvimento econômico autônomo da comunidade, com cursos, palestras, seminários e oficinas, incentivando-os, em parcerias com instituições educacionais e governamentais do município. E a necessidade de se ampliar as análises na tentativa de compreender todo o contexto dos conflitos socioambientais ocorridos no estado do Maranhão, trabalhando com a tentativa da continuidade de enquadrá-los na perspectiva da estruturação do mundo contemporâneo e seus reflexos nos diversos territórios.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6^o ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, 1210 f.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1º ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

AQUINO, Maria José da Silva e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes. Ferro, "Canga", Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, Sérgio Figueiredo e RAMALHO, José Ricardo. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Gestão do Território, Lugar e Conflitos Socioambientais: o caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília-DF: Dezembro/2010.

BLUME, Roni. **O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade**. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER "Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial", 2005, Ribeirão Preto-SP.

CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton et. al. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

CORRÊA, Maria Cláudia Cardoso. **O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís/MA e sua influência na dinâmica territorial da comunidade Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar/MA**. São Luís: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, 2016, Dissertação de Mestrado, 133 f.

DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA**. Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui). Fev. de 2008.

DIFERENCIAL ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA. **Projeto Básico Ambiental - PBA**. Empreendimento da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui (UTE Porto do Itaqui). Dez. de 2008.

ENEVA. **Realocação de famílias: Vila Nova Canaã (MA)**. Disponível em: <http://www.eneva.com.br/pt/sustentabilidade/reponsabilidade-social/iniciativas-responsabilidade-social/Paginas/realocacao-de-familias.aspx>. Acesso em: 08/07/2016.

ENGELS Friedrich. **Do Socialismo utópico ao socialismo científico**. 1º ed. São Paulo: Editora Moraes, 1880.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-206.

MPX ITAQUI. **UTE Porto do Itaqui**. Disponível em: <http://www.mpxitaqui.com.br> e <http://www.mpx.com.br>. Acesso em: 10/10/2015.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica**. São Luís: Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 2010. Monografia de Graduação. 73 f.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Marília Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá – Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 17-40.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, 174 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Revista Geosul. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2º ed. 2000, p. 77-116.

Recebido em 17/07/2017.

Aceito para publicação em 05/05/2018.